

**Ata da audiência pública referente à norma regulamentadora para os trabalhadores da limpeza urbana.**

**Data:** 30/05/2017

**Local:** auditório do Ministério do Trabalho – Brasília/DF

**Horário:** 14h às 18h

Ao iniciar a audiência pública, o mestre de cerimônias convidou as seguintes autoridades para a composição da mesa solene de abertura: o Ministro de Estado do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira; o Secretário de Inspeção do Trabalho Substituto e auditor fiscal do trabalho, Sr. João Paulo Ferreira Machado; o representante do Ministério Público do Trabalho e Vice Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho – CODEMAT, Procurador Raymundo Lima Ribeiro Júnior; o Presidente da Fundacentro, Sr. Paulo Ricardo Arsego; o coordenador da bancada dos trabalhadores na CTPP e representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Sr. Washington Aparecido dos Santos (Maradona); o representante da bancada dos empregadores e representante do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo, Sr. Ariovaldo Caodaglio.

Após a composição da mesa, houve a execução do hino nacional brasileiro, seguida dos discursos de abertura. Primeiramente, João Paulo Ferreira Machado, Secretário de Inspeção do Trabalho Substituto, falou sobre o privilégio de participar da audiência pública, por ser um ambiente representativo para a democracia. Parabenizou o trabalho que tem sido realizado sobre a proposta de norma para regulamentação da limpeza urbana e destacou a importância desse trabalho para a sociedade. Segundo ele, os trabalhadores da limpeza urbana enfrentam uma série de dificuldades no dia a dia, que precisam ser tuteladas pelo Estado. A intenção dessa norma é trazer mais segurança e condições de saúde para essa atividade.

Em seguida, o representante da bancada dos empregadores e representante do Sindicato das Empresas de Limpeza Urbana no Estado de São Paulo, Sr. Ariovaldo Caodaglio, teve a palavra e destacou alguns pontos fundamentais. Primeiramente, falou que todos estão de acordo para que haja uma norma que proteja a saúde e segurança do trabalhador. A construção dessa norma teve início quatro anos atrás, através de uma ação conjunta entre os trabalhadores e os empregadores. Falou que precisamos levar em consideração que pouco se conhece sobre limpeza urbana, e é um equívoco avaliar o trabalho de limpeza urbana como único. Disse que os serviços de limpeza urbana não são de responsabilidade dos Estados ou da União, são de responsabilidade específica dos municípios, consequentemente os municípios têm importância na observação do que vai ser discutido. Disse que nós não estamos construindo uma norma para aqueles trabalhadores que estão apenas em cidades com mais de 200 mil habitantes, essas não chegam a 80 no país. Nós estamos discutindo a norma para as outras 5.500 prefeituras onde esse trabalho também é executado. Falou que a política nacional de resíduos não foi implementada, e a meta nacional a ser atendida pela União, pelos Estados e Municípios que deveria estar em vigência desde 2013 não está, mas estamos reconstruindo essas metas e muito do que está na política nacional vai ajudar no que se busca para essa norma. Ele espera que se registrem muitas contribuições, e que no grupo de trabalho no âmbito da CTPP prevaleçam as questões de natureza técnica, no sentido da preservação da saúde e da segurança do trabalhador.

Posteriormente, passou-se a palavra para Washington Aparecido dos Santos (Maradona), coordenador da bancada dos trabalhadores na CTPP e representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT. Ele iniciou o discurso falando que a CTPP já tem mais de 20 anos e vem dando demonstrações positivas sobre o que se pode fazer em uma mesa redonda, tratando da vida dos trabalhadores. Disse que estamos em um momento sublime quando se fala de audiência pública, principalmente para discutir segurança e saúde do trabalhador, porque até um tempo atrás as normas de segurança e saúde no trabalho eram discutidas apenas no gabinete, não tinha participação popular nem dos trabalhadores. Segundo ele, graças ao Brasil ter ratificado a Convenção 144 da OIT, que apregoa que as discussões sejam

feitas de forma tripartite, e ter ido além, com a realização da audiência pública, trazendo o trabalhador para participar. Falou que as três primeiras audiências já realizadas foram extremamente positivas, com os trabalhadores e a sociedade interagindo. Disse que, quando a proposta foi apresentada na CTPP, foi feita pelos trabalhadores e patronal. Segundo ele, essa norma já nasceu de forma diferente, de maneira extremamente positiva. Disse que a CTPP vem dando resultados positivos para a sociedade e destacou a importância da interatividade do Ministério do Trabalho, através da SIT, com o objetivo de fortalecer o que temos de mais importante, para discutir norma de segurança e saúde do trabalho. Disse que a CTPP tem uma ação conjunta, no sentido de demonstrar que tem competência e responsabilidade de discutir a norma. Aproveitou a oportunidade, tendo em vista a maturidade já demonstrada da CTPP principalmente com relação à NR-12, para pedir o apoio do Ministro para publicação de portarias já aprovadas na CTPP, que estão com a publicação pendente. Pediu que os esforços continuassem e disse que solicitou, tanto na Câmara quanto no Senado, o arquivamento dos dois projetos que pedem a suspensão da NR-12. Reivindicou, por parte da sua bancada, segurança jurídica na representação, principalmente do Ministério do Trabalho, dizendo que é competência dele e não do legislativo, que pode legislar, mas não interferir a ponto de colocar em risco a segurança dos trabalhadores. Quis deixar claro para todos os trabalhadores que a composição da CTPP tem representação de todas as centrais sindicais – UGT, CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical, CSB e CTB. Por fim, cumprimentou o Ministro pela demonstração de comprometimento com a causa da prevenção do trabalhador.

Em seguida, o Presidente da Fundacentro, Paulo Ricardo Arsego, iniciou seu discurso dizendo que o termo medicina do trabalho poderia ser retirado do nome da Fundacentro – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, se a Fundacentro, há mais de 50 anos, conseguisse operar com plena eficiência no seu âmbito de atuação, uma vez que, se fizesse 100% da segurança laboral, não precisaria tratar da saúde dos trabalhadores. Posteriormente, disse que, se fosse estudada uma norma regulamentadora como agora, e a Fundacentro entrasse como órgão partícipe, que desenvolvesse os trabalhos, colocasse seus estudos em prática e auxiliasse as pessoas que estão pensando, haveria um trabalho mais seguro. A Fundacentro, inclusive, possui uma cartilha sobre a limpeza urbana. Disse que temos que pensar que nosso país é continental, e os trabalhadores de limpeza trabalham em diferentes condições em cada região. Disse que temos que dar a devida importância para esses trabalhadores, que muitas vezes são ocultos para a sociedade e só são notados quando entram em greve, porque o lixo não é recolhido. Ressaltou que essa norma, que precisamos fazer e estudar, vai ser uma das melhores normas regulamentadoras já saídas dessa instituição ministerial, pela forma como está sendo conduzida e pela responsabilidade. Disse para os trabalhadores presentes aproveitarem a oportunidade para falar sobre as suas práticas e dificuldades do dia a dia. Agradeceu o Ministro do Trabalho pela importância que está dando à audiência pública, se fazendo presente nesse momento em que os trabalhadores vão falar, e destacou que a presença dele na abertura foi fundamental para nos passar ainda mais a qualidade do serviço e a responsabilidade do que estamos tratando, nessa causa que é importante para o país inteiro.

Posteriormente, passou-se a palavra para o representante do Ministério Público do Trabalho, Sr. Raymundo Lima Ribeiro Júnior, Vice Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho – CODEMAT/MPT. Ele disse que a realidade, embora seja distinta em cada ponto do país no que diz respeito à limpeza pública, tem um ponto em comum: a precarização da exploração da força de trabalho. Condições sanitárias irregulares, água potável insuficiente, EPIs danificados, locais para refeições inexistentes ou precários, transporte dependurado em máquina (que as demais NRs proíbem há bastante tempo). Disse que existem acidentes de trabalho ocorrendo com essa prática, e já investigou alguns casos, nos seus 10 anos de experiência no Ministério Público do Trabalho, de queda de trabalhadores e atropelamento em seguida. Disse que é consensual que existem problemas a serem resolvidos; nas capitais os problemas são mais complexos (trânsito mais

intenso, maior quantidade de pessoas e de lixo), e os locais menores têm problemas diferenciados. O segundo ponto é que essa minuta da NR não é completa em todos os aspectos, mas a proposta era realmente que ela fosse básica, que enfrentasse os principais problemas da coleta de lixo e da limpeza urbana. Em consulta aos seis procuradores regionais e cerca de 50 peritos em engenharia de segurança, a resposta foi que a minuta atende aos principais problemas de saúde e segurança do trabalho na limpeza pública. Disse que a minuta é festejada pelo Ministério Público do Trabalho. Segundo ele, o foco principal da minuta é o controle e prevenção da assimetralidade e do adoecimento dos garis, margaridas e demais profissionais do setor. Disse que os riscos de acidentes e adoecimentos não estão sendo controlados (falta uso de protetor auricular e respiratório, por exemplo). Outro aspecto importante em saúde e segurança do trabalho é o fórum democrático, com previsão em portaria do Ministério do Trabalho. Segundo ele, saúde e segurança do trabalho é um interesse público que deve preponderar. Os interesses de classe (patronal e trabalhadores) devem ser levados em consideração, mas há uma parcela dessa discussão que diz respeito ao interesse público, que controla acidentes, controla mortes, de evitar a sobrecarga da previdência social. Segundo ele, os dados oficiais do Ministério da Previdência e do Ministério do Trabalho apontam elevados gastos com acidentalidade de trabalho. O momento é propício para se proteger e evitar acidentes. Disse que ninguém quer multas, ação civil pública. Segundo ele, não se deve ficar comparando as condições entre os demais países, porque muitos países desenvolvidos não são modelo para outros países (China, Índia, Rússia, EUA não são modelos). Disse que nós temos que procurar o nosso modelo de desenvolvimento, que pela Constituição Federal envolve o respeito à vida humana, em qualquer área de atuação, não só no trabalho, em todas as áreas o ser humano é central em nossa sociedade, ou deveria ser. Nesse sentido, parabenizou o trabalho da CTPP, dos auditores fiscais do trabalho. Aproveitou a oportunidade e pediu ao Ministro maior engajamento para aumentar o número de auditores fiscais do trabalho, o que é fundamental para garantir a saúde e segurança do trabalhador, num país que quer se desenvolver, com mais empregabilidade e mais empresas, mas também com respeito ao ser humano e à sociedade. Reiterou o pedido de provimento dos cargos vagos de auditor fiscal do trabalho por meio de concurso público. Por fim, desejou um bom trabalho, com a efetiva participação de todos.

Em seguida, foi o pronunciamento do Ministro de Estado do Trabalho, Ronaldo Nogueira. Ele destacou a importância da audiência pública, porque o diálogo social é o caminho mais correto para que possamos produzir normas que possam ser efetivadas e que o seu cumprimento se dê com eficácia na realidade, porque não adianta editar uma norma se ela não é exequível. Disse que o diálogo social, através da representação tripartite, é fundamental para que se possa avançar nessa direção. Falou que a realidade do Brasil, país continental, com 5.500 municípios, têm domicílios, empresas, propriedades e seres humanos, que produzem resíduos. Segundo o Ministro, a elaboração de uma norma com foco no trabalhador que no seu dia a dia trata com esses resíduos é de fundamental importância, porque esse trabalhador está exposto a uma série de situações que colocam em risco a sua saúde e a sua segurança. O Ministro disse que reconhece a importância da Fundacentro como órgão de pesquisa e fez um apelo para a SIT, para a Secretaria de Relações do Trabalho e para a SPPE, para que o Ministério do Trabalho possa utilizar mais o capital intelectual que a Fundacentro tem, principalmente nos assuntos que são da natureza da própria instituição, principalmente para tratar de assuntos que tratem diretamente de segurança e saúde do trabalhador. Segundo o Ministro, essa é a última audiência pública e daqui vai sair o texto da norma. Nós precisamos pensar no conjunto que envolve esse tema. A sociedade que produz os resíduos precisa participar dessa discussão, porque a responsabilidade de quem produz o resíduo tem que ser para o indivíduo. Falou sobre a importância de conscientização e mudança cultural da sociedade, na separação de lixo, para o próprio trabalhador e para o meio ambiente, já que falta conscientização na forma de tratamento do resíduo no momento em que é produzido dentro de casa. Segundo o Ministro, nenhuma norma vai ter resultado efetivo

se não houver envolvimento de toda a sociedade nesse conjunto. Falou que vidros e metais cortantes juntamente com o resíduo orgânico expõem de forma direta o trabalhador a um risco eminente de acidente. O Sr. Ronaldo Nogueira acredita que o Ministério do Trabalho e a Fundacentro podem ser protagonistas nesse processo, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, o MDIC, o Ministério das Cidades, para que se possa ampliar a abrangência da norma e garantir a segurança do trabalhador, porque apenas um conjunto de metas contidas em um manual não é suficiente para dar garantia de segurança para o trabalhador, é preciso ter atitudes que envolvam a conscientização de toda a sociedade. Falou também sobre olhar em relação aos equipamentos utilizados pelos trabalhadores, para operacionalizar suas atividades, para sua segurança e proteção, e também a dignidade de sua remuneração, para assegurar garantias mínimas de subsistência. Disse que estão presentes na audiência pública os técnicos tanto da SIT quanto da Fundacentro, os trabalhadores, que conhecem bem os riscos aos quais são expostos no dia a dia, e o empregador, que conhece os limites da capacidade econômica para o cumprimento das normas. Segundo o Ministro, uma conjugação de diálogos, de forma transparente, é fundamental para que o Brasil seja protagonista nesse processo. Disse que reconhece a importância do Ministério Público do Trabalho como instituição de Estado, no sentido de buscar o cumprimento da lei, o que é fundamental. Disse que é muito importante que o Ministério Público do Trabalho esteja presente nessa mesa, não só como observador, mas também como protagonista, no sentido de que possamos elaborar um texto exequível e que dê ao trabalhador as devidas garantias de proteção à sua saúde e segurança. Segundo o Ministro, o Brasil só avança através do diálogo, e o Brasil vai superar as suas dificuldades através de uma consciência de todos. Por fim, saudou os trabalhadores que atuam no dia a dia com essa realidade e destacou que é preciso mudar a consciência do país, pois os recursos são escassos e não dá para querer que o Estado pague tudo. Mais uma vez destacou a importância dessa audiência pública e disse que foi um privilégio participar.

Ao final dos discursos, o mestre de cerimônias agradeceu a presença das autoridades na mesa solene de abertura, as demais autoridades presentes ou representadas, e ao público e trabalhadores presentes.

Dando prosseguimento, o mestre de cerimônias explicou como funcionarão os trabalhos deste dia. Será formada uma mesa de debates, coordenada pelo Coordenador Geral de Normatização e Programas do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho, o auditor fiscal do trabalho, Elton Machado Barbosa Costa. A mesa também será formada pelo Sr. José Almeida Martins de Jesus Júnior, Coordenador de Fiscalização e Projetos Estratégicos da Coordenação Geral de Fiscalização e Projetos do Departamento de Saúde e Segurança do Trabalho da SIT; pelo Chefe de Serviço de Normatização e Registro da Coordenação Geral de Normatização e Registro, o auditor fiscal do trabalho, Joelson Guedes da Silva; pela representante da Fundacentro, pesquisadora e assistente da Diretoria Técnica da Fundacentro, Sra. Tereza Luiza Ferreira dos Santos; pelo Sr. Dionisio Lamera, Chefe Técnico Regional da Fundacentro. Eles farão uma breve exposição do texto proposto pela norma regulamentadora e dos principais aspectos sobre a normatização das atividades de limpeza urbana quanto à saúde e segurança dos seus trabalhadores. Em seguida, será dada a palavra aos participantes que tenham interesse em fazer contribuições ao texto da norma. Cada participante terá 5 minutos para fazer a sua exposição. Pediu o respeito a esse tempo para que se possa ouvir todas as contribuições registradas. As autoridades presentes na mesa poderão se manifestar ao final das contribuições. Pediu a atenção de todos para as seguintes recomendações: não serão permitidos apartes; o Presidente e demais integrantes da mesa diretora poderão fazer perguntas para a obtenção de esclarecimentos adicionais necessários; o Presidente da audiência poderá retirar a palavra quando o expositor extrapolar o tempo estabelecido, bem como nos casos em que o tema abordado diferir da matéria em pauta; quaisquer interessados, inscritos ou não, poderão trazer suas contribuições ao processo, desde que encaminhe essas contribuições até o final da sessão, por escrito, ao Presidente da mesa diretora. As contribuições e/ou questionamentos recebidos por escrito

poderão ser apresentados durante a audiência, na medida da disponibilidade de tempo. Essas contribuições e/ou questionamentos serão avaliados e constarão igualmente da ata da audiência pública, que será disponibilizada a todos os interessados, nos seguintes endereços eletrônicos: [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br) e [www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br).

Após essas exposições, o mestre de cerimônias convidou as pessoas para compor a mesa técnica: o Auditor Fiscal do Trabalho, Elton Machado Barbosa; o Auditor Fiscal do Trabalho, José Almeida Martins de Jesus Júnior; o Auditor Fiscal do Trabalho, Joelson Guedes da Silva; a Pesquisadora da Fundacentro, Tereza Luiza Ferreira dos Santos; e o Chefe Técnico Regional da Fundacentro, Dionisio Lamera.

Antes de prosseguir, mestre de cerimônias perguntou se havia algum representante do Ministério das Cidades ou da Funasa/Ministério da Saúde. Havia um representante do Ministério da Saúde presente. O mestre de cerimônias disse que poderia encaminhar a ele algum questionamento, se for o caso.

Passou-se a palavra para Elton Machado, Coordenador Geral de Normatização e Programas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Ele disse que, como já foi dito anteriormente, essa é a quarta audiência pública para aprimoramento do texto inicial formado pelo grupo de trabalho no que concerne à segurança e saúde dos trabalhadores na limpeza urbana. Disse também que os trabalhos têm sido muito produtivos e que será dada a palavra a todos os participantes, considerando a disponibilidade de tempo. Lembrou que estamos em um processo de construção de uma norma. Disse que, por mais que haja divergência/discordância, é importante para a consolidação do ambiente democrático que se aborde as questões com urbanidade, com educação e dentro do tema proposto, e assim conseguiremos avançar. Disse que a crítica é livre e bem vinda, já ouviram muitos elogios e críticas, e sabem lidar com isso. Explicou que passaria a palavra para os colegas da CGNOR, para que façam uma breve apresentação, um resumo do processo tripartite e da norma proposta, para que se comecem os debates nessa casa.

Primeiramente falou o Sr. Joelson, Auditor Fiscal do Trabalho e Chefe do Serviço de Normatização e Registro do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho. Disse que vai fazer uma breve exposição para que os participantes entendam o processo de construção de uma norma regulamentadora, seguida de apresentação de pontos importantes da norma, para posteriormente passar para os questionamentos. A base legal da norma regulamentadora está no art. 155 da CLT, que diz que incube ao órgão de âmbito nacional competente em matéria de segurança e medicina do trabalho estabelecer normas sobre a aplicação dos preceitos deste capítulo, especialmente referidos no art. 200, que trata das normas de segurança e saúde no trabalho. Esse órgão de âmbito nacional competente, no caso, é a Secretaria de Inspeção do Trabalho. A Convenção 144 coloca a questão tripartite. Em virtude disso, a Portaria 1127/2003, estabelece os procedimentos para elaboração das normas regulamentadoras. Há a Comissão Tripartite Paritária Permanente, que se reúne quatro vezes ao ano, com representação dos trabalhadores, empregadores e governo, de onde parte a indicação da proposta para se iniciar a discussão de uma norma. Foi formado o grupo de trabalho, o texto foi discutido nesse grupo e disponibilizado para consulta pública. Após a consulta pública, será formado um grupo de trabalho tripartite (governo, trabalhadores e empregadores), o texto com as contribuições recebidas será debatido e enviado para a CTPP para aprovação. Após isso, é feita a publicação pela Secretaria de Inspeção do Trabalho. Em seguida, esse grupo de trabalho tripartite pode se converter na comissão nacional tripartite temática (CNTT) para acompanhamento da norma que foi publicada. Os componentes da CTPP são: governo (Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, Ministério da Fazenda, envolvendo a Previdência Social, e a Fundacentro); trabalhadores (como já foi mencionado); empregadores (indústria, comércio, agricultura, instituições financeiras, transporte e saúde). A coordenação é feita pelo Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, com o MPT sendo observador dessa comissão. Em seguida, apresentou um pequeno histórico de como foi discutido esse texto. Em junho foi apresentado

formalmente essa proposta de texto na CTPP, onde houve a autorização para o início dos trabalhos. Em agosto houve a primeira reunião do grupo técnico do governo, e foram feitas reuniões com diversos órgãos, como Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Denatran e representantes dos trabalhadores e empregadores. Fizeram algumas visitas no DF e entorno, e também em São Paulo. No final de 2016, o texto foi apresentado aos representantes dos empregadores e empregados, e em janeiro de 2017 foi iniciada a consulta pública. Foi criado um sistema, disponível no site do Ministério do Trabalho, que é utilizado para receber as contribuições. As pessoas têm até a meia noite do dia 30 de maio para fazer as contribuições, que serão formatadas para serem utilizadas na próxima etapa do grupo de trabalho tripartite. Nas audiências públicas anteriores, disse que estão sempre sendo contestados com relação à proposta de texto que foi apresentada pela bancada dos trabalhadores e empregados em relação à proposta de texto do governo. Joelson projetou a proposta apresentada pelas bancadas e a proposta que está em consulta pública ao lado. Disse que é importante mencionar que, com exceção de 2 itens, todas os demais constam na proposta que foi apresentada pelas bancadas, e reforçou que o texto não foi desprezado. Parabenizou a construção dos trabalhadores e empregadores para iniciar o processo, e disse que se pode conferir que quase todos os itens foram contemplados. Disse que não foi mencionado nada sobre aterro sanitário, mas colocou-se em evidência a coleta de resíduos e a varrição.

Em seguida, passou-se a palavra para José Almeida, da Coordenação Geral de Fiscalização e Projetos. Ele disse que chegou a proposta e foi criado um grupo de trabalho para fazer o desenvolvimento do texto base. O tema foi muito discutido entre pessoas com experiência na fiscalização de operações de serviço de limpeza, inclusive com a Tereza, pesquisadora da Fundacentro, que tem trabalhos nessa área. Decidiram então criar um texto, porque se há uma demanda, é porque há uma necessidade. Teve as seguintes premissas: essa norma tem que prever um ponto à frente, tem que ser harmônica (não pode fazer uma norma regulamentadora que esteja desassociada com as demais, porque nós já temos várias questões que envolvem a limpeza nas outras NRs, tem que se harmonizar com as demais, não pode se contrapor). Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, fala que a primeira coisa que se deve fazer quando vai criar um texto normativo é verificar se já existe alguma norma ou lei que fale sobre o assunto, se já existir, então não é preciso. Almeida apresentou algumas considerações gerais: existência de mais de 364 mil trabalhadores, segundo o Ministério das Cidades, com base em 2004, considerando que boa parte dessa pessoal não está regida pela CLT, difícil puxar dados mais precisos desse contingente. Com relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o plano descreve uma série de obrigações aos municípios e aos munícipes, abrangência de todos os postos de trabalho do setor. Disse que algumas questões não foram colocadas aqui, no momento, de propósito, como o aterro sanitário e o lixão, já que não se pode regulamentar o lixão porque ele nem deveria existir. A princípio são pontos gerais, depois vai ter alguns anexos. Falou sobre a ocorrência de acidentes e adoecimentos acentuados, com grande subnotificação (CAT). A auditoria fiscal está tentando combater isso, mas é difícil porque não ficam sabendo. No setor especificamente há uma grande quantidade, mais grave ainda porque muitos não são sequer celetistas. Falou que o próprio trabalhador ou o sindicato pode emitir a CAT, que não é complicado, não é apenas usual. Apresentou alguns dados sobre a CAT, apenas a título informativo, não serve como dado estatístico porque não abrange tudo, há subnotificação grande. Falou de questões relativas ao ambiente de trabalho, que considerou para fazer aquele ponto a frente. Apresentou fotos de banheiro, local de beber água, vestiários, já está normatizado na NR-24, se precisa normatizar isso aqui em uma NR específica, precisa haver um motivo (onde se quer chegar). Apresentou mais alguns casos: condições do caminhão de coleta, pessoa em cima da caçamba trabalhando, a pega do lixo no chão, serviços de varrição. Falou sobre os riscos que podem ter decorrentes desse trabalho, são 5 grandes famílias de riscos: riscos físicos (barulho, vibração, radiação não ionizante); riscos químicos (fumaça, gás carbônico, poeira, produto tóxico coletado em indústrias); riscos

biológicos (vírus, bactérias); riscos de natureza ergonômica (decorrente do peso levantado); e riscos de acidentes. Com a norma, busca-se discutir os problemas levantados.

Posteriormente, o Sr. Elton Machado falou que agora começa a ouvir o público e disse que vai garantir pelo menos duas horas de audiência pública, disponibilizando o máximo de tempo possível. A estratégia é procurar a pessoa do apoio para pedir a palavra e colocar nome e instituição. Pediu que o pessoal respeite o limite de 5 minutos para que possa ser ouvido o máximo de pessoas possível.

O Sr. Roque, do Ministério da Saúde, Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador, falou sobre o item 3.6, com relação à complicação e acidente de trabalho. Pela constante evolução na Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, principalmente com a ampliação das ações entre Ministério do Trabalho, Previdência e Saúde, seria interessante a notificação de acidente de trabalho para o sistema nacional de notificação de agravos da saúde, além da CAT. É mais uma forma de ter as notificações. A subnotificação da CAT é muito grande e eles têm todo um sistema voltado para acidente relacionado à saúde, que tem pelo menos 5570 pontos no país. Seria muito importante e é uma sugestão.

O Marcelo, da Siemaco ABC e coletor de lixo há 15 anos, falou sobre item 8.2, que extingue o estribo. Disse que é importante conhecer os trabalhadores, conversar com os trabalhadores que estão no dia a dia, não acredita que é um serviço desumano. Defende a tese do estribo (sabe que é risco, mas sabe também que a retirada do estribo viraria um transtorno). Não tem como o gari coletar lixo andando. Sabe que é perigoso, todas as categorias têm risco. Disse que os trabalhadores sobem apenas em pequenos percursos. Sugeriu colocar um dimensionamento (500 metros, por exemplo), e pode punir a empresa. Se cortar de vez, vai ter que colocar container, e o Brasil não está preparado para isso agora. Disse que entende o que foi dito sobre o estribo, em relação à ergonomia, acidente. Cabe a cada instituição/sindicato barrar caminhões com estribo quebrado. Se colocar esse item na NR, vai ter confronto com a classe trabalhadora, como já aconteceu em Campinas, onde o Ministério Público teve que recuar. Sugeriu pensar uma forma de colocar o estribo com proteção, dimensionamento, por exemplo. Sugeriu reconsiderar essa questão do estribo.

Elton falou que é sempre importante a visão de quem está na linha de frente.

O Sr. Paulo Celso dos Reis, Professor da Faculdade de tecnologia da UNB, Diretor Técnico do Serviço de Limpeza Urbana do Governo de Brasília, disse que já encaminhou algumas contribuições pelo sistema e vai fazer um resumo dos pontos considerados. Primeiramente falou sobre o título. Em algumas definições, limpeza urbana abrange apenas serviços indivisíveis (varrição, catação de papel). As atividades a partir da coleta, que incluem coleta, transbordo, tratamento, destinação e disposição final são atividades de manejo de resíduos sólidos. Dessa forma, estão recomendando mudar o título para norma regulamentadora de trabalhadores de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, para poder contemplar essas duas categorias. Falou também sobre o item 2.11, que trata de soluções para odores provenientes de resíduos, para que sejam eliminados ou neutralizados. Se houver interesse, como em Brasília, de tratar o resíduo orgânico pela compostagem, a maioria dos materiais utilizados para neutralizar ou eliminar odor atrapalham a compostagem posterior. Então sugeriu trocar “eliminar” por “minimizar”. Em relação ao item 2.1, que fala do inventário, ele disse não saber qual a utilidade dessa informação do inventário. Propõe tirar aclives e declives, e colocar que as informações devem ser georeferenciadas. Disse que isso não é simples, a maioria dos serviços de limpeza urbana no Brasil não vai ter essa informação, precisa ver como isso será cobrado. Em relação ao item 2.5, que fala dos pontos de apoio, disse que a única experiência que conhece de pontos de apoio foi feita em Belo Horizonte na década de 90, não foi bem recebida pela população, teve vários problemas na justiça em relação a isso, e não conseguiu atender todos esses pontos (higienização, hidratação, necessidades fisiológicas e refeição). Precisa haver uma indicação melhor para definir o que é esse ponto de apoio, senão vai ficar difícil implantar. Disse que não conhece nenhuma experiência no Brasil ou no exterior onde isso seja claro sobre como é feito. Em relação aos

custos, existe a possibilidade desse custo aumentar o desemprego, de se fazer maior automação nos serviços e menos mão de obra intensiva. Há uma tendência a ter essa dicotomia entre ter maior automação nos serviços (como varrição mecânica) para evitar ter tantos pontos de apoio. Sobre o PPRA, item 3.2, subitem “d” fala sobre análise por amostragem dos resíduos, com o objetivo de subsidiar medidas de controle e prevenção a serem adotadas. Apresentou o questionamento: para que essa análise anual, se já sabe quais são os riscos que tem no lixo (resíduo domiciliar que vai ser coletado é o mesmo), a não ser que deixe claro qual análise vai ser feita (granulometria, gravimetria). Em relação ao item 4, análise ergonômica do trabalho, tem a NR17 que já fala de ergonomia. Acha desnecessário cada um dos 5.500 municípios fazer uma análise ergonômica do trabalho. Deve se fazer um trabalho federal, centralizar essa informação, porque senão vai criar aqui trabalhos de consultoria para algumas pessoas ganharem dinheiro no Brasil. Não consegue imaginar a diferença de ergonomia de um varredor, ou gari que vai coletar o lixo em trecho corrido no caminhão, em Brasília ou em São Paulo. Não tem sentido fazer essa avaliação em cada local. Ou se faz uma norma mais detalhada ou se refere à outra norma (NR-17). Por fim, se colocou a disposição para participar do grupo tripartite se for necessário.

Rafael, Engenheiro de Segurança da Sustentare, disse que o grande problema que encontramos hoje, em qualquer norma regulamentadora, é o não detalhamento e a simples interpretação, que gera várias ideias dúbias, sem um padrão. Na norma proposta, existem vários itens que devem prever esse detalhamento. Quando se fala em transporte do colaborador, é a favor de fazer o deslocamento de grandes distâncias na cabine, mas hoje não temos uma norma que regulamenta como deve ser essa cabine. Diz que estamos propondo várias solicitações/demandas, sem que outros órgãos tenham o subsídio necessário para colocar isso em prática. A partir do momento em que se vai a campo, in loco, a visão muda. A norma é importante, mas precisa buscar o detalhamento, senão vão surgir interpretações, e fica a questão de como serão ponderadas essas interpretações. A empresa vai precisar prestar esclarecimentos sobre as irregularidades, e não tem um padrão a seguir. A empresa quer acatar, mas para isso precisa de padrões, de normativas, e não simplesmente uma ideia colocada. Segundo ele, hoje eles vivenciam um grande problema, como todas as empresas que têm possível exposição à insalubridade, pois criaram uma norma em que lactante e gestante não pode ficar exposta a insalubridade, mas não definiram nada, a particularidade, e isso gera uma série de problemas que dificultam a administração. A norma precisa ser revista com esse detalhamento.

O próximo participante, que não falou seu nome, é gari de varredura da Conlurb do Rio de Janeiro. Disse que a norma não contempla limpeza nas encostas, lagos e praias, que é um trabalho penoso, difícil de executar e de grande exposição. Acha que deve levar em consideração a questão de ergonomia para cada localidade, porque cada município tem um diferencial para cada setor. No Rio de Janeiro, por exemplo, tem trabalho em comunidade, em ladeira, a questão ergonômica deve ser considerada.

Em seguida, falou a Juliana, em nome da Animaseg (associação de EPIs) e da 3M (multinacional americana). Primeiramente apresentou a sugestão da Animaseg, que está relacionada ao EPI adequado ao usuário e ao risco. Disse que viram uma questão generalista, que é a proposta da norma, mas gostaria de saber se vai ser contemplado em anexos a questão do EPI adequado ao risco e ao usuário (bota/luva certa para determinada função). A contribuição da 3M está relacionada aos uniformes. No item 7.6.1, “b”, a sugestão é: as vestimentas devem possuir alta visibilidade, ou seja, materiais refletivos e fluorescentes, conforme requisitos da ABNT, NBR 5292:2013, de forma a permitir a visualização do trabalhador na realização de trabalhos externos. A sugestão é a permissão de visibilidade noturna e diurna, então sugere a refletividade e a fluorescência. Essa contribuição já foi feita anteriormente e gostaria de saber a possibilidade de se trazer a referência da NBR dentro do anexo também.

Almeida fez comentários aos questionamentos. Sobre a questão das características mínimas do EPI e sobre a questão do detalhamento, disse que se for regulamentar demais, detalhar tudo, vai tirar até a prerrogativa do engenheiro e do técnico de segurança de trabalho, não tem como fazer isso. O objetivo não é engessar, já tem NBRs, CAs, experiências, normas técnicas, não precisa entrar demais na atividade alheia. Em resposta ao colega do Rio de Janeiro, disse que quando na norma fala “entre outras”, quer dizer que abrande tudo isso, porque é impossível colocar tudo. A questão do detalhamento das regulamentações é interessante, mas acha que não cabe em uma NR e corre o risco de ficar ultrapassado com a mudança de tecnologia. Com relação à análise ergonômica do trabalho, se prevalecer a questão do estribo como está escrito, é óbvio que temos que ter uma averiguação do trabalho do coletor. A análise ergonômica tem que ser objetiva, falando tecnicamente o que pode ou não fazer.

Alexandre de Moura, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Gerente de Engenharia do SESMT Coletivo da FACOP (Fundação de Asseio e Conservação do Estado do Paraná), fundação instituída pelos dois sindicatos do segmento – SIEMACO (laboral) e SEAC (patronal), disse que estão à frente do SESMT de Curitiba desde 2013. Montaram uma equipe multidisciplinar para avaliar a norma e já apresentaram sua contribuição. Disse que, ao se cruzar os trabalhos da FACOP com o da SELUR, tiveram um trabalho em consonância. As propostas de alteração são muitas e falou sobre apenas dois itens. Com relação à geração dos resíduos, a responsabilidade está sendo imputada à empresa de coleta e aos coletores, mas quem gera os resíduos é a população. Ao repassar a terceiros seus resíduos, a responsabilidade do gerador sobre eles o acompanhará até a conclusão da sua destinação final. Antes disso, qualquer dano ambiental que esse resíduo venha a causar, sujeitará o gerador a assumir a culpa, independente do seu envolvimento com a causa, bastando a razão de tê-lo gerado. Pensado nisso, propuseram, no item 1.1 da norma, que seja incluída a frase: “e da responsabilidade na geração do lixo urbano, bem como do município na fiscalização e atuação do gerador transgressor”, porque a coleta de lixo urbano não pode sofrer o peso da fiscalização nas irregularidades cometidas pelos geradores, bem como ter o ônus da autuação desses agressores, se faz necessário cumprir a Lei 12.305. Outro ponto é o item 8.8, que fala sobre os containers. Propuseram a supressão desse item. Entendem que a norma regulamentadora tem como objetivo estabelecer o como fazer, em especial e exclusivamente relacionado ao desenvolvimento das atividades. Para ele, estabelecer o uso de container é o mesmo que criar outra forma mercadológica de trabalho, e não há como se criar regra na atividade humana se essa ainda não existe. Há de se criar e instituir o plano diretor municipal para o uso do container. Portanto, no seu entendimento, nessa norma e nesse momento, torna-se incabível a discussão do assunto.

José Cláudio, do Sindlurb, contestou o que foi apresentado pelo Paulo Celso. Falou que antigamente havia pontos de apoio, os trabalhadores tinham local de almoço e banheiro, e hoje não tem porque o governo retirou. E nas cidades-satélites eram alugadas casas para o pessoal ter banheiro e guardar mantimentos. Paulo Celso falou que não tem um lugar no Brasil que tem isso, mas José Cláudio disse que existe no Espírito Santo e funciona muito bem, os trabalhadores têm seus pontos de apoio. Disse que isso influencia muito na saúde do trabalhador. Disse que queria falar isso para o Paulo Celso, mas infelizmente ele já saiu.

Elton disse que é bom lembrar que tudo o que está sendo falado na audiência está sendo gravado, vai ser degravado, está sendo escrito e resumido, algumas contribuições já foram entregues por escrito. A maior preocupação é que nada que seja colocado aqui seja perdido. Tudo será analisado não só pela bancada de governo, porque a partir de agora se inicia o trabalho tripartite, governo, trabalhadores e empregadores vão fazer o crivo e vão procurar aprimorar essa norma.

Paulo Cunha, professor de segurança do trabalho no SENAC, engenheiro de segurança, disse que já deixou sua proposta com algumas considerações, mas quer destacar o item 8.1, a respeito da análise ergonômica do trabalho. Já foi falado que deveria ser uma análise geral,

não por município, mas em relação à defesa do peso presumido, acha que já poderia estar citado, porque imagina em toda análise ergonômica cada um citar qual é o peso que o colaborador poderia carregar. Então isso já poderia estar definido. Como existe muita alternância no valor dessa carga, acha que já devia definir em cima disso. Outra questão é a respeito do item 8.2, sobre o estribo, que é uma situação complicada. Se retirar o estribo e colocar a cabine, como fica essa cabine, aberta, atrás do motorista, como é o acesso. Acredita que precisa apresentar alguma alternativa, porque apenas retirar o estribo não vai resolver o problema. Pode se fazer uma alternância, uma segurança maior, como um guarda-corpo, mas a simples retirada dele fica difícil se não apresentar uma alternativa.

Erivaldo Bandeira, do Siemarco-RJ, trabalhador da Conlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro), agente do lixo zero (trabalha na fiscalização da coleta do lixo, atua em feiras, mercados), disse que no Rio de Janeiro eles atuam na coleta domiciliar e grandes geradores. A prefeitura e a concessionária se responsabilizam por 99% da coleta. Disse que no Rio de Janeiro a pessoa é autuada/notificada se não colocar o lixo no horário da coleta. Disse que tem uma série de regulamentos para, em atuação com o sindicato, fazer com que o trabalhador tenha os impactos minimizados do trabalho de coleta de lixo. Falou que seria importante mudar o conceito do que é o resíduo – se ao invés de descartável, fosse retornável, mudaria o sentido dessa discussão. Promover ações que garantam o mínimo de segurança e saúde do trabalhador, essa tem que ser a preocupação, tem que dar um passo de cada vez, se pudesse aprovar uma norma que garantisse um mínimo de saúde e segurança para o trabalhador, e ao longo do tempo ajustar e aperfeiçoar. Propôs encerrar o ciclo de audiência no Rio de Janeiro, para ver a diferença operacional na coleta de resíduos, que é diferente de região para região, para conhecer a experiência do Rio de Janeiro.

Vandra Dagostini, da empresa DOS (SC), disse que concorda em parte com todos os colegas que falaram. Disse que estão aqui para buscar algo exequível para empregados e empregadores. Disse que não é viável uma mudança abrupta, porque muitos fatores irão influenciar, desde o gerador (que culturalmente não está preparado), temos serviços como a coleta automatizada que demanda muito menos empregados (o que iria fazer se fosse de mudar de uma hora para outra com os coletores, estribos e partir para outra forma). Empregado e empregador tem que ter ciência de que um depende do outro, tem que ter algo viável para os dois. Não podemos mudar radicalmente de uma hora pra outra, porque mudanças não são fáceis, ocorrem gradativamente. Disse que apresentou várias propostas por escrito. E ressaltou que tem em que ver uma norma viável, exequível. Se as empresas não conseguirem desenvolver suas atividades, vai gerar desemprego.

Elton, do Ministério do Trabalho, salientou que toda norma regulamentadora que impõe mudanças significativas no ambiente de trabalho são dotadas de prazo de implementação, que vai ser oriundo da discussão tripartite. A mudança abrupta não tem sido a realidade experimentada no mundo do tripartismo, que tanto defendemos.

Fábio Vasconcelos, SENAC, instrutor do curso de segurança do trabalho, disse que, analisando a norma, observou a parte de treinamento. Disse que ficou muito confuso o item 6, pois a norma veio com vários horários. É fundamental para o coletor fazer esse treinamento, e não viu incluído a questão de movimentação de recursos perigosos, de sinalização de contaminantes. O treinamento de 8 horas é fraco, precisa melhorar essa carga horária. Hoje já temos as NRs 33 e 35, que regulamentam o treinamento de 8 horas, com a revisão anual, e no item 6.3 está previsto 6 meses. Disse que é muito curto o tempo para pouca hora de treinamento. Não incluiu também primeiros socorros, salvamento, combate a incêndio. O kit de emergência pode ser contemplado no plano de emergência, no caminhão não tem, o trabalhador está exposto a esse risco e o bombeiro pode demorar a socorrer. Outro aspecto importante é sobre a retirada do estribo, no item 8. Precisa criar estudo para adaptar, não simplesmente retirar o estribo. As ambulâncias, caminhões dos bombeiros, viaturas policiais, caminhões das forças armadas, existe uma norma brasileira que regulamentam, porque não obrigar nessa própria norma a criar uma legislação da norma brasileira regulamentadora para

padronizar essas viaturas de coletas. Sobre classificação do índice gerado de resíduos pelas indústrias, empresas, restaurantes, disse que desconhece uma legislação no DF que estabeleça isso. O Brasil está precisando de viatura padronizada, treinamento melhor para o trabalhador que está na frente de trabalho. A NR33 não foi citada. Disse que acha interessante sobre o uso do uniforme em via pública, que traz o contaminante também, e o trabalhador muitas vezes não tem essa informação. Falou que a fiscalização é precária no Brasil todo. O Código de Trânsito Brasileiro fala que, se o motorista jogar resíduo, terá uma notificação e até mesmo uma multa. Mas quem vai aplicar? Tem que ter o agente fiscalizador do Ministério na rua. E disse que vimos um déficit de mais de 1500 vagas.

Elton falou que realmente temos mais de 1000 vagas. Para se ter uma ideia, 20 anos atrás eram 3600 auditores fiscais do trabalho, hoje são menos de 2400, com todo o crescimento das empresas, dos trabalhadores, da complexidade das normas, da necessidade de fazer normatização. Já deram entrada novamente no Ministério do Planejamento com pedido para concurso de 1200 vagas, resta ao Planejamento aprovar ou não. Falou que não é só aqui que tem várias pessoas de outros Estados, essa já é a quarta audiência pública, a riqueza que a gente tem observado Brasil afora tem sido espetacular.

Raimundo, do Sindlurb, falou que teve o privilégio de começar desde as visitas nos lixões com Almeida e Joelson, e esteve na primeira audiência em São Paulo. Disse que não dá realmente para mudar de uma hora para outra, e é por isso que estamos reunidos ouvindo ambos os lados para tentar melhorar a situação dessa classe. Falou que muitas vezes a categoria não é reconhecida pelo valor que tem. Falou que é necessário colocar banheiros, porque 60% da categoria no DF é mulher e o lugar que mais tem infecção urinária é no meio das varredoras, porque elas não têm lugar para ir ao banheiro. Sobre a carga horária, sugeriu estabelecer na norma uma quilometragem percorrida ou quantidade de peso carregado para a jornada do trabalhador. Falou que a categoria é mal remunerada e sugeriu na Câmara criar um piso salarial para a categoria. Não vai mudar da noite para o dia, mas tem que avançar. Em relação ao estribo, falou que não dá para retirar totalmente, o ideal seria ter uma cabine dupla para poder carregar o motorista e três coletores. O SLU deveria fiscalizar, mas fecha os olhos, querem apenas que o lixo seja retirado da rua, não levando em consideração o ser humano.

Ariovaldo disse esteve em outras audiências públicas anteriores, exceto Porto Alegre, e que não vai abordar assuntos já abordados em questões anteriores. Um dos pontos é que a prefeitura é responsável pela coleta dos resíduos produzidos pelos moradores em sua residência, em locais onde não há atividades de natureza econômica. Em caso de estabelecimentos que produzem resíduos acima de 100 litros diários, os chamados grandes geradores, a prefeitura não é obrigada a retirar esses resíduos. É importante os municípios estabelecerem a diferença de grandes geradores e de geradores domiciliares. Há uma grande preocupação sobre isso com relação a outras atividades econômicas que estão achando que o que está sendo discutido na norma vai invadir atividades que não a da limpeza urbana. É importante que a norma seja clara ao se definir o que é a limpeza urbana, porque tem gente preocupada com aquilo que faz para dentro da porta, como se isso fosse atividade de limpeza urbana. Em São Paulo, as Confederações ouviram seus integrantes e chegaram à conclusão de que a norma tem essa questão a ser resolvida. Ariovaldo parabenizou porque pela primeira vez ouviu perguntar se tinha aqui algum representante do Ministério das Cidades e da Funasa, que são partes integrantes nessa discussão e que infelizmente não estão presentes. Também não estão presentes os representantes das prefeituras municipais. Não dá para trazer todos os 5500 prefeitos, mas temos a Confederação Nacional, as Associações, elas fazem parte disso. Estão sofrendo problemas econômicos graves, mas se eles não participarem disso, eles são os contratantes, quem vai fazer o arcabouço legal para contratação dos serviços, 50% dessas prefeituras não tem um setor que seja capaz de falar a linguagem da limpeza urbana. Sua preocupação é pela ausência dessas entidades, e que posteriormente vão começar a reclamar de uma série de coisas pela impossibilidade de execução. É necessária a participação deles.

Finalmente falou que a responsabilidade de colocar o resíduo no horário certo, da maneira certa, é do usuário do serviço.

Joelson reforçou que esses órgãos estão localizados em Brasília, e esse foi um dos motivos dessa audiência ter sido realizada aqui, e foram enviados ofícios de convite para participação, mas infelizmente não houve essa participação. Também foi enviado para participar de uma reunião que aconteceu em dezembro, para Confederação Nacional de Municípios, Funasa, Denatran, Ministério das Cidades. Eles estão sendo convidados e infelizmente, como Ariovaldo colocou, futuramente pode ocorrer essa reclamação que não está dando para se cumprir, que a norma está muito exigente.

Fischmann disse que tem ouvido falar constantemente sobre a subnotificação de CATs e não duvida delas, mas disse que não é tão grande quanto se acha. Esteve em várias reuniões da Previdência Social antes da implementação do FAP, e perguntou para o Diretor de Benefícios da Previdência Social como seria feito o ranking das empresas, se a maior parte das empresas não se apresenta. Ele disse que quando o indivíduo fosse ao SUS, a primeira pergunta que seria feita é onde trabalha e em que atividade, e até aberto o CAT. Acredita que boa parte dessa subnotificação, em certa forma, está remediada. Com relação a riscos, disse que falaram aqui que duvidam que alguém tenha andado atrás de caminhão e medido ruídos, poeiras, vibração. Fischmann falou que faz isso há 20 anos no Brasil inteiro, e nas empresas que ele atende, é perito judicial e engenheiro de segurança do trabalho, é consultor do Selurb e Vice-Presidente da SOBES (Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança de São Paulo). Atuou em várias áreas e os números que ele levanta não apontam o que foi apontado aqui. Falou que acompanhou duas ações civis públicas recentemente, as medições foram feitas em conjunto por ele, por uma assistente técnica do Ministério Público, por um perito judicial que no caso não era ele e dois outros assistentes de outras empresas. Em nenhum caso teve ultrapassagem do limite de tolerância para o serviço de limpeza urbana. Disse que, se for retirar resíduos de indústrias e outros locais, o indivíduo tem que ter a proteção adequada para cada caso. Mas o indivíduo que faz limpeza urbana não tem esse tipo de risco. Outro detalhe importante, fala-se muito em bases de apoio. São Paulo tem mapeado todos os locais onde tem água, banheiro e local para alimentação para os trabalhadores, e aceito pelo Ministério Público e pela Justiça do Trabalho. No mínimo, temos que nos esforçar para que os equipamentos públicos estejam disponíveis ao nosso pessoal, que não haja resistência em bares e pequenos restaurantes. Por último, falou para desmitificar a questão da plataforma operacional, que alguns ainda chamam de estribo. Disse que já temos modelo, o consórcio Surman já está com ele instalado, em que quando o caminhão começa a fazer a coleta, o estribo abaixa e ao abaixar, aciona um sensor que é visto no centro de comando central, se o caminhão ultrapassar 20km/hr, aparece um pop-up na tela e imediatamente o fiscal é acionado para advertir o motorista. Esse sistema já existe, já é aplicado em São Paulo. Consequentemente não se pode dizer que o estribo faça mal a alguém num lugar em que exista essa organização. Resta a nós levar ao resto do Brasil.

Almeida fez algumas considerações. Disse que também acha fundamental a presença do Ministério das Cidades, sem isso não vai dar certo. Discordou sobre a subnotificação de CATs. Disse que se o Fischmann conhecesse as empresas no âmbito fiscalizatório como ele conhece, veria que isso é regra. Em relação aos riscos, se não houvesse riscos, os trabalhadores não receberiam adicional de insalubridade, e também não haveria motivo para fazer uma norma regulamentadora se estivesse tudo bem.

Elton, para dar um exemplo de Alagoas, disse que no momento em que passou a vigorar o Fator Acidentário de Prevenção, o setor sucroalcooleiro, de um ano para o outro, apresentou uma redução de 40% dos acidentes, o que é de uma eloquência inigualável. Há realmente subnotificação. Usinas com 5000 trabalhadores com 3 acidentes numa safra.

João Capana, de São Paulo, fez um apelo para a sociedade e o Ministério do Trabalho para manter viva essa discussão sobre limpeza urbana. Disse que está vendo empresas, governo e trabalhadores interessados na fluidez e celeridade desse processo, e faz um apelo

para que continue assim, porque já estamos começando a ouvir interferências de entidades que hoje deveriam estar aqui e lá na frente vão tentar interromper de alguma maneira todo esse trabalho que está sendo desenvolvido. Tem que manter essa celeridade. Seu maior medo não é de sair uma norma que não vai resolver todos os problemas ou que seja redundante em alguma coisa, o seu grande medo é que essa norma não saia. Pediu a vigilância de todos os companheiros para não deixar todo esse acúmulo de trabalho morrer. Fez um apelo para manter viva essa discussão e fazer a norma sair, porque essa norma vai melhorar muito a vida dos trabalhadores, vai organizar um pouco essa bagunça que é a limpeza urbana no Brasil.

Elton disse que essa preocupação é interessante, é importante o embate, a luta pelo seu ponto de vista. No que depender da fiscalização, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a defesa vai ser intransigente na manutenção do processo tripartite, onde abrem mão de uma parcela de poder. A Convenção 144, ratificada pelo Brasil, diz que a gente tem que ouvir a sociedade, o empresariado, os trabalhadores. No caso do Brasil, trouxemos as representações para dentro da decisão, e muitas vezes o trabalho demora mais, é mais desgastante, existe esse tipo de embate, mas é uma conquista da sociedade brasileira, é uma conquista da segurança e saúde no Brasil, e disso a gente não vai abrir mão. Disse que está falando como coordenador geral, mas sabe que está falando também pela diretora do departamento de saúde e segurança e pela Secretária Maria Teresa.

Raymundo falou sobre a questão do estribo. De tanta insistência, o Ministério Público do Trabalho tem ajuizado ações civis públicas no país inteiro, tem conseguido liminares, já conseguiu proibindo totalmente e outras proibindo pequenos trechos. Algumas coisas levaram a crer que há um prejuízo grave para o ser humano em relação à movimentação de subir e descer do estribo. Um dado importante: começou a parar os caminhões em inspeções do Ministério Público e dialogar com os trabalhadores. Levantou que o perfil dos trabalhadores é jovem, e que com o passar do tempo passam para a varrição, porque não conseguiam mais subir e descer. Sobre gerar desemprego se acabar com isso, com o emprego da tecnologia o ser humano consegue ir para a rua. Tem que haver investimento público e nas empresas especializadas. Sobre a questão da subnotificação, como investigador, disse que teve dois casos de acidente fatal na limpeza urbana e os dois não foram notificados (CAT). São dados empíricos, mas a notificação não é padrão no mercado de trabalho. Outra questão apresentada, ainda que o acidente não seja o problema mais vivenciado (queda e atropelamento), tem a questão dos adoecimentos (sobrecarga muscular, lombalgias). Para finalizar, observou pessoas correndo durante o trabalho e sugeriu que a norma poderia contemplar limites de intensidade de trabalho (proibir corridas, por exemplo). A corrida pode gerar um acidente maior do que a caminhada. Sugeriu também a limitação de jornada, acha que 8 horas para a categoria é muito, seria interessante se pudesse limitar como o pessoal de telemarketing, que tem 6 horas.

Almeida falou que durante as discussões, apareceu essa questão da jornada de trabalho. O que se percebeu é que as pessoas têm a tarefa e querem acabar logo, é daí que vem esse ritmo. Na análise ergonômica, item 4, fala sobre o tempo de realização da tarefa, distância percorrida, justamente para não poder ser desse jeito. Disse que isso está previsto.

Dionisio Lamera, Chefe Técnico Regional da Fundacentro, parabenizou a equipe pelo trabalho realizado até o momento. Disse que o modelo tripartite utilizado ultimamente vem transformando as normas regulamentadoras, não mais estáticas como eram antigamente, mas com uma participação de forma tripartite, destacando que é muito importante que o trabalhador e o empregador, que são os dois envolvidos no processo de trabalho, tenham participação. Segundo Dionisio, hoje tivemos várias contribuições que o grupo de trabalho vai analisar, tentando chegar a um consenso entre trabalhador, empregador e governo, para que essa norma seja apresentada e tenha o seu período de teste, para ver se é aplicável (e o que não for o grupo de trabalho vai avaliar). Disse que em 1986 participou de um trabalho de rua junto com os trabalhadores do SLU, viu que é um trabalho penoso e que os trabalhadores são muito expostos a todo tipo de risco (químico, físico, biológico, mecânico, ergonômico).

Dionísio acredita que a NR vai se posicionar no sentido de que possa dar uma melhor contribuição ao trabalhador, para que sua saúde seja preservada.

Clóvis Queiroz falou que já é previsto em nosso ordenamento no processo de consulta pública as audiências, mas elas não eram executadas. Então parabenizou o Ministério por colocar isso em prática. Disse que, pelo lado empresarial, está representando a Confederação Nacional da Saúde, participa da CTPP e dos debates, e tem uma grande dúvida em relação à composição da bancada empresarial sobre esse tema, que é a seguinte: essa norma vai alcançar o pré-caçamba ou só o pós-caçamba? Porque se for o pós-caçamba, fica claro quem deve compor a bancada empresarial. Falou que a Dra. Daniele o está acompanhando, do Sindicato Brasileiro de Hospitais. Mas se essa norma for pegar o pré-caçamba, o manuseio desse resíduo até colocar na caçamba, no caso dele (hospitalar) tem uma coleta especial contratada, ele está inserido na condição de grande gerador. Se essa norma abranger essa situação de até ele, setor hospitalar, colocar isso na caçamba, ele tem que se fazer representar na bancada empresarial. Se a norma for contemplar o pós-caçamba, ele não vai se fazer representar e abrirá a vaga para outros segmentos empresariais que são afetados por essa norma.

Joelson respondeu que esse ponto foi discutido no grupo e pelo entendimento era pós-caçamba. Essa é uma questão que possivelmente será enfrentada, havendo essa dúvida na composição do grupo, será alterado nas primeiras reuniões do GTT se necessário. É uma questão que já foi discutida, mas existe dúvida em relação a algumas atividades e resíduos. Disse que essa resposta vai ficar pendente.

Um outro participante, que não se disse o nome, engenheiro de segurança, falou que se a norma não vier com parâmetros, vai ser difícil cumprir. Falou-se aqui em pesos, distâncias, movimentos, quantidade de resíduos movimentados. Disse que a bancada de trabalhadores e empregadores precisa tentar convencer o governo, que tem sido reticente nesse aspecto, porque para a fiscalização é fácil quando não tem parâmetro. Os técnicos querem parâmetros, norma regulamentadora tem que ter parâmetros. Ele acha que não vai conseguir avançar no GTT e na CTPP se não tiver parâmetros para definir (peso que cada um movimenta, prazos para cada item). Segundo ele, a norma não é clara nesses aspectos necessários, por isso teve 3000 sugestões. Precisa definir prazos, periodicidade, volumes, cargas, limites, isso é o que tem nas outras NRs. A bancada deve estar sensível às sugestões apresentadas para podermos ter uma norma passível e possível de ser cumprida.

Elton falou que teve 20 contribuições na audiência, que ele reputa da mais alta qualidade. Disse que valeu a pena, isso é democracia, é participação. Ele está hoje em uma coordenação bastante sensível, que é a coordenação geral de normatização. Vai encerrar passando a palavra para os integrantes da mesa.

Dionísio Lamera agradeceu os participantes e o grupo de trabalho pela iniciativa e pelo trabalho realizado. Segundo ele, a audiência hoje foi muito proveitosa em termos de contribuições, e é isso que enriquece o trabalho. Dionísio acredita que essa norma deve ser bem preparada, discutida entre trabalhador, empregador e governo, e acha que os representantes que militam nessa área estão preparados para discutir tecnicamente e elaborar uma boa norma regulamentadora. Por fim, Dionísio disse que deseja que essa norma seja implementada de fato, porque os trabalhadores do serviço de limpeza urbana merecem uma norma nesse sentido, para que a saúde desses trabalhadores seja protegida e preservada.

Joelson agradeceu aos colegas que contribuíram na elaboração e nas discussões do grupo (Carolina, Cleide, Cássia, Tereza, Alexandre Scarpelli, Almeida). Disse que foram quase dois anos de discussão e estudo desse texto. Agradeceu também os parceiros que estiveram com eles (Fundacentro, Selur, Raymundo, Siemaco, MPT) e todos os representantes das bancadas na CTPP, e a todas as contribuições na audiência. Disse que irá analisar, formatar, e em breve será publicada uma portaria, a partir da indicação dos membros, para iniciar a discussão de forma tripartite.

Almeida disse que hoje se encerra um ciclo com o fim das audiências públicas e da consulta pública. Agora tem um trabalho muito grande para lidar com as mais de 3000 contribuições. Disse que teve muitas contribuições interessantes, muitas coisas não foram pensadas na hora de fazer a norma e que vai defendido agora pelas bancadas.

Elton falou que só tem que valorizar o trabalho da equipe, de muita competência e dedicação. Agradeceu o pessoal da CGNOR presente, que ajudou muito na concretização da audiência pública, ao pessoal de apoio e, sobretudo, aos trabalhadores que participaram. Falou para os trabalhadores cobrarem das entidades representativas, sindicais, confederações, que participem desse momento que vem agora. Precisa reforçar a participação dos trabalhadores e dos empregadores, para que não haja um desequilíbrio nessa representação. Disse que ficou feliz em ver cada vez mais mulheres trabalhando nesse setor, apesar dos preconceitos e dificuldades. Acreditando que o trabalho foi feito da melhor forma possível, tentando escutar o máximo possível, Elton agradeceu a presença de todos e disse que vamos iniciar uma nova etapa.

Por fim, o mestre de cerimônias encerrou a audiência pública e lembrou que todas as contribuições apresentadas nessa data constarão na ata da audiência pública, que será disponibilizada a todos os interessados nos seguintes endereços eletrônicos: [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br) e [www.trabalho.gov.br](http://www.trabalho.gov.br).